

UM PROBLEMA DE PODER: D. FREI VITORIANO PORTUENSE BISPO E/OU GOVERNADOR INTERINO DE CABO VERDE (1688-1690)

MATILDE MENDONÇA DOS SANTOS

Centro de História de Além-Mar (CHAM) e
Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC)
matildemsantos@yahoo.com.br

Resumo

Este estudo pretende analisar o desempenho de D. Frei Vitoriano Portuense, no período em que exerceu, simultaneamente, as funções de Bispo e de Governador Interino de Cabo Verde, entre 1688 e 1690, demonstrando o problema de poder gerado pela acumulação de dois dos cargos mais importantes da esfera civil e eclesiástica.

Centrando-nos particularmente no exercício do poder eclesiástico e/ou civil, procura-se realçar as polémicas verificadas entre D. Frei Vitoriano Portuense e algumas autoridades locais, principalmente o Ouvidor-Geral e a vereação. Neste contexto, o objetivo essencial é o de identificar as conturbadas relações entre o Antístite/Governador e os outros organismos de poder, bem como as principais motivações de muitos conflitos ocorridos ao longo do período referido.

A incursão, para além de evidenciar aspetos relevantes da atuação do Bispo/Governador, mormente o alargamento do seu campo de ação, estabelece comparações com outros agentes, que assumiram o cargo de governadores interinos do arquipélago, tendo em atenção o período em que estas funções foram assumidas pelos bispos com o propósito de perceber as transformações institucionais ocorridas durante este espaço de tempo, por comparação com o sucedido em períodos anteriores e posteriores.

Pretende-se ainda avaliar a conjuntura em que certas medidas foram levadas a cabo por D. Frei Vitoriano Portuense, para perceber se as mesmas foram tomadas especialmente enquanto Bispo ou enquanto Governador Interino de Cabo Verde, tendo sempre presente os limites e as competências dos distintos cargos, nos diferentes domínios de intervenção.

Outro aspeto a salientar é o impacto da acumulação dos dois poderes na mesma personalidade. Isto porque as transformações institucionais decorrentes da ação do Prelado/Governador afetaram, direta e indiretamente, as diferentes instâncias de poder local.

Por fim, procura-se demonstrar que o problema de sobreposição de poder criado durante este Governo Interino só ficou resolvido com a intervenção régia, através da nomeação de um novo Governador para as ilhas.

Palavras-chave: D. Frei Vitoriano Portuense, bispo, governador interino, poder, Cabo Verde

*

Neste estudo analisaremos, embora de forma muito sucinta, a atuação concreta de D. Frei Vitoriano Portuense, no período em que exerceu, simultaneamente, as funções de bispo e de governador interino de Cabo Verde, entre 1688 e 1690. O propósito é avaliar o problema de poder criado pela acumulação de competências da jurisdição eclesiástica e civil, com especial atenção às conturbadas relações que ele manteve com as diversas instâncias de poder local, particularmente com o ouvidor-geral e a vereação. Ao contrário do que seria de esperar, e a julgar pelo que foram os anteriores governos interinos desempenhados pelos bispos, a saber, D. Frei Manuel Afonso Guerra (1622-1624) e D. Frei Lourenço Garro (1645-1646), que foi marcado por relativa cordialidade, sendo raras as contestações, a atuação de D. Frei Vitoriano Portuense gerou sempre discórdia e polémica entre os organismos de poder. Isto porque, desde o início da sua atividade, procurou alargar o seu campo de ação, não só na esfera eclesiástica, mas também na

esfera civil, o que teria motivado conflitos e sobreposição de poderes com as outras autoridades locais. Acresce ainda que, um dos principais problemas que afetou a sua governação foi, seguramente, o da definição dos limites e das competências dos distintos cargos, nos diferentes domínios da sua intervenção

A POLÉMICA GOVERNAÇÃO DO BISPO E/OU GOVERNADOR D. FREI VITORIANO PORTUENSE

O bispo D. Frei Vitoriano Portuense assumiu o governo interino do arquipélago logo em 1688, quando da sua chegada. Esta função foi-lhe imposta pelo próprio governador em exercício, Veríssimo de Carvalho da Costa¹, na reunião da Câmara que se realizou em 24 de Abril de 1688², onde estiveram presentes o Bispo, o ouvidor-geral Manuel Delgarte da Costa, os oficiais da Câmara e os demais cidadãos e nobreza da Ilha de Santiago. Como facilmente se poderá aferir, a nomeação do bispo para governador interino foi bem aceite pelas diferentes autoridades locais. Todavia, convém sublinhar que a sua escolha teria sido, em boa medida, para evitar a nomeação da Câmara, por se temer a turbulência que, por norma, sucedia nos seus governos interinos³. Nesta perspetiva, nada faria prever que o desempenho do prelado também viria a ser motivo de polémica e discórdia. Tanto mais que houve desde cedo desinteligências com os outros organismos de poder. Os conflitos ocorridos entre o bispo/governador, o ouvidor-geral Manuel Delgarte da Costa e o Senado da Câmara, que se fez sentir ao longo deste período, foram causados por discórdias em torno da defesa das respetivas jurisdições. Ou seja, estas contendas estão relacionadas com o facto de D. Frei Vitoriano Portuense se ter imiscuído tanto no campo de atuação do ouvidor-geral como também no da própria vereação. Como afirmou António Carreira, os conflitos entre as distintas autoridades surgiam geralmente por questões de disputa de competências na esfera de ação de cada entidade e no desvio das respetivas funções⁴.

¹ Embora Veríssimo de Carvalho da Costa, governador de Cabo Verde desde 1687, tenha pedido licença para regressar ao Reino, alegando motivos de saúde, nunca recebeu qualquer ordem formal nesse sentido. Porém, após muita persistência, acabou por entregar o cargo ao Bispo e voltar para o Reino. Provavelmente, na base da sua decisão esteve uma consulta do Conselho Ultramarino, que fazia referência à nomeação de um novo Governador que iria substituí-lo, o que se presumiu seria sinal de apoio que lhe dava alento para voltar para Lisboa, ainda que ciente da desaprovação da sua decisão, ver AHU - *Cabo Verde*, cx. 7A, docs. 85, 90 e 102.

² A consulta da documentação parece confirmar que a “deixação” do governo por Veríssimo de Carvalho da Costa ocorreu a 24 de Abril de 1688, ao contrário do que sugere Maria João Soares, 24 de Outubro de 1688, ver SOARES, Maria João. 2002. *A Igreja em Tempo de Mudança Política, Social e Cultural* in SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.) – *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa/Praia. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical; Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde. Vol. III, p. 348; BARCELLOS, Christiano José de Senna. 1899. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Memória apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa*, Parte II. Lisboa. Tipografia da Academia Real das Ciências. PP. 82-83; AHU - *Cabo Verde*, cx. 7A, doc. 102.

³ Ver SOARES, Maria João. *A Igreja...* ob. cit., p. 348.

⁴ Ver CARREIRA, António. 1985. *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde: desde o seu princípio até ao estado presente, com um catálogo dos Exmos. Bispos, Governadores e Ouvidores*. Lisboa. Instituto Cabo-Verdiano do Livro. P. 8.

Neste âmbito, avultam as queixas contra D. Frei Vitoriano. A missiva que os oficiais da Câmara enviaram para o Reino parece-nos exemplificativa destas queixas, na medida em que expõem o problema de poder criado pela atuação de D. Frei Vitoriano Portuense, que gerou em torno de si vários focos de insatisfação. Queixavam-se que “[...] logo que o dito Bispo se introduziu no governo, tratou de todos os negócios e causas, assim cíveis como crimes [...], privando ao Ouvidor Geral [...] e as mais justiças, de terem conhecimento de nenhuma [...]”⁵. Este excerto, além de evidenciar a interferência de D. Frei Vitoriano Portuense em áreas estritamente reservadas ao ouvidor-geral (nomeadamente os feitos cíveis e crimes que estavam a seu cargo) e de outras instâncias de poder encarregues da justiça, refere o facto de o bispo/governador lhes ocultar informações em matérias de sua reserva, o que os impedia de exercer as suas funções. Naturalmente, estes organismos de poder, procurando salvaguardar a sua jurisdição, demonstraram o seu descontentamento face a esta situação.

Neste contexto, queixavam-se que ele tomava decisões relevantes tanto sobre matérias de natureza civil, como de natureza eclesiástica, baseando-se unicamente em informações fornecidas pelos párocos das freguesias e de cada uma das partes envolvidas, sem quaisquer provas concretas nem seguindo os preceitos normativos, “bastando ter mais justissa o que primeiro a pedia ou he mais pobre [...]”⁶. Certamente, esta forma de resolução dos problemas tendia a evitar a audiência num tribunal. Deste modo, acusavam-no de negligência administrativa, entenda-se no caso da governação interina, o que era a causa da desordem “ [...] estando os tribunais dezertos; o mesmo estillo se observa com os crimes; o Juizo dos defunctos [...] sem se obrar nelle couza alguma havendo desprovido ao escrivão delle sem culpa formada e não ter confirmado outro como também o Thezoureiro prezo por culpas da vezita [...]”⁷. Com efeito, a sua intervenção acabava muitas vezes por comprometer quer o funcionamento das instituições, quer a atuação dos seus agentes.

Por seu turno, os oficias da Câmara, receando a excessiva concentração de poder nas mãos de Vitoriano Portuense, solicitaram ao rei a criação do cargo de juiz da coroa. Este pedido teve parecer favorável do Conselho Ultramarino e consequente confirmação régia. A solução passou por incumbir o ouvidor-geral da

⁵ Cf. AHU - Cabo Verde, cx. 7A, doc. 107; BRÁSIO, Padre António. 2004. *Monumenta Missionaria Africana. África Ocidental (1685-1699) e Suplemento aos Séculos XV, XVI, XVII*. Lisboa. Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CEA/FLUL). 2ª Série, vol. VII, pp. 131-132 (Carta da Câmara de Cabo Verde a Sua Majestade El-Rei, de 4 de Agosto de 1689).

⁶ Cf. AHU - Cabo Verde, cx. 7A, doc. 107; BRÁSIO, Padre António. 2004. *Monumenta...*, vol. VII, *ob. cit.*, pp. 131-132 (Carta da Câmara de Cabo Verde a Sua Majestade El-Rei, de 4 de Agosto de 1689).

⁷ Cf. *Ibidem*.

tarefa de servir de juiz da coroa, ficando doravante com competências plenas nesta área, seguindo o mesmo regimento que foi dado a Maranhão e Angola⁸.

Em face das pendências que a vereação tinha com Vitoriano Portuense a propósito da procissão do Anjo Custódio (que a Câmara procurou incorporar com a bandeira da cidade, como era hábito fazer-se com a solenidade da do Corpo de Deus, mas que o Bispo não autorizou, deixando que fosse nela somente a imagem de Nossa Senhora), a 28 de dezembro de 1689, o rei pronunciou-se sobre esta matéria, considerando que “[...] o Bispo poderia ter razões pera esta novidade [...]”, embora esta não devesse ser motivo para se deixar de fazer a referida procissão. Por isso, mandava encomendar ao Bispo que “[...] não considerando escândalos e pecados deixe fazer a dita procissão na mesma forma que se fazia pera consolação dos fieis [...]”⁹. A decisão do monarca visava resolver o problema.

O Senado da Câmara acusava ainda Frei Vitoriano Portuense de ter direcionado a sua atividade para os assuntos episcopais, com especial destaque para a realização das visitas pastorais e reedificação das estruturas eclesíásticas, em detrimento dos assuntos civis, por não ter cumprido com uma das principais obrigações do cargo de governador, mormente os trabalhos de fortificações iniciados por Veríssimo de Carvalho da Costa, que estavam parados e visivelmente degradados¹⁰. Nesta lógica, provavelmente, a ação de Vitoriano Portuense enquanto bispo impediu uma atuação mais célere no domínio da governação interina. Assim, o parecer do Conselho Ultramarino de 3 de Novembro de 1689 sobre o seu desempenho, parece-nos particularmente interessante, pela forma como explica o seu procedimento e envolvimento em matérias que não eram propriamente de sua estrita competência: “Não há duvida que so em suas proprias profissões, são inteligentes os homens, e não nas alheas; e como a do governo o hé tanto ao Reverendo Bispo, não hé muito que na conservação das fortalezas, no manejo das armas, e em outras semelhantes couzas se achem faltas. O remedio está em que se cuide de mandar governador [...]”¹¹.

As queixas não cessavam. Numa outra carta que o ouvidor-geral Manuel Delgarte da Costa enviou ao monarca queixa-se do abuso de poder do prelado, acusando-o de usurpar a jurisdição real. Ele faz saber expressamente que “[...] o Bispo destas Ilhas, como serve de governador juntamente se vale de hum, e outro

⁸ Ver BRÁSIO, Padre António. 2004. *Monumenta...*, vol. VII, *ob. cit.*, pp. 132-134 (Carta da Câmara de Cabo Verde a Sua Majestade El-Rei, de 4 de Agosto de 1689, e Despacho do Conselho Ultramarino, de 5 de Dezembro de 1689 e 3 de Janeiro de 1690).

⁹ Cf. *Idem*, pp. 156-157 (Carta Régia aos oficiais da Câmara de Cabo Verde, de 28 de Dezembro de 1689).

¹⁰ Ver *Idem*, pp. 132-134 (Carta da Câmara de Cabo Verde a Sua Majestade El-Rei, de 4 de Agosto de 1689 e Despacho do Conselho Ultramarino, de 5 de Dezembro de 1689 e 3 de Janeiro de 1690).

¹¹ Cf. AHU - Cabo Verde, cx. 7A, doc. 107; BRÁSIO, Padre António. 2004. *Monumenta...*, vol. VII, *ob. cit.*, pp. 132-133 (Parecer do Conselho Ultramarino, de 3 de Novembro de 1689).

poder, para este efeito chamando a si os feitos, inventários e devassas, obrigando os escrivães seculares a que lhos levem, impedindo muitas vezes que as minhas sentenças se dem à execução [...]”¹².

Neste quadro, ele utilizou tanto os agentes da administração episcopal como os da administração secular para executarem as suas diligências. Tanto mais que os usava de forma indiscriminada, no entender do ouvidor-geral, uma vez que obrigava os funcionários seculares a fazerem diligências eclesiásticas e os eclesiásticos a fazerem também diligências seculares, sendo tudo uma confusão¹³. Nessa missiva, Manuel Delgarte da Costa deu conta ao rei de que a administração do arquipélago estava comprometida pelo mau desempenho do Frei Vitoriano, pelo que havia dúvidas sobre muitas matérias e que provavelmente mesmo com a ida de um novo governador secular “[...] hade haver sobre isto duvidas, [...] como nos pagamentos que o ditto Bispo mandou fazer perante si tem feito pessoas protestos de fazerem repor os ditos pagamentos [...] porquanto agora o não podem fazer por ter o Bispo em si, hua e outra jurisdição [...]”¹⁴. E as dúvidas eram sobretudo com a jurisdição secular que delimitava o âmbito jurisdicional da ação dos outros poderes neste campo, pelo peso significativo de Vitoriano Portuense na esfera civil. Neste âmbito, as medidas levadas a cabo por ele foram fortemente contestadas.

Num parecer que o Procurador da Coroa enviou para o Conselho Ultramarino, em Outubro de 1689, manifestava uma grande preocupação com a atuação de D. Frei Vitoriano, e considerava que a situação era grave, e que se assim fosse, como relata o ouvidor, não fazia sentido existirem outras autoridades no arquipélago, pelo que seria melhor mandar retirar o ouvidor e todas as justiças seculares, por não serem necessárias nas ilhas, as quais ficariam sob o poder despótico do antístite. Nesse parecer, o procurador deu conta ainda de um caso semelhante de interferência do poder eclesiástico na esfera do poder civil, que lastimava muito, ainda que aquele não se comparasse à situação de Cabo Verde, por ser um caso isolado. Trata-se de “[...] huã contenda que o Arcebispo da Bahia, que também serve de governador do Estado, teve com a relação [...]”¹⁵.

Segundo o Procurador da Coroa, a solução para sanar a conflitualidade que havia eclodido no seio dos distintos poderes em Cabo Verde passava pela nomeação de um novo governador, ativo e zeloso, capaz de repor a ordem e cessar a desordem. Contudo, advertia para a possibilidade de o novo governador secular poder auxiliar o antístite nas matérias de sua competência, para evitar os pecados e os escândalos, mas sem consentir que o prelado se intrometesse nos assuntos da sua jurisdição. Neste sentido, sugere ao Conselho

¹² Cf. AHU - Cabo Verde, cx. 7A, doc. 106; BRÁSIO, Padre António. 2004. *Monumenta...*, vol. VII, *ob. cit.*, pp. 128-130 (Carta de Manuel Delgarte da Costa a Sua Majestade El-Rei, de 3 de Agosto de 1689).

¹³ Ver *Ibidem*.

¹⁴ Cf. *Ibidem*.

¹⁵ Cf. AHU - Cabo Verde, cx. 7A, doc. 106; BRÁSIO, Padre António. 2004. *Monumenta...*, vol. VII, *ob. cit.*, pp. 129-130 (Parecer do Procurador da Coroa, de 27 de Outubro de 1689).

Ultramarino para persuadir o monarca a não entregar a jurisdição secular dos espaços ultramarinos aos bispos, mesmo na falta de governador, por causa dos inconvenientes e abusos que se verificam nesses governos e pela possibilidade de avanços do poder eclesiástico sobre o poder civil¹⁶.

Todavia, importa frisar que, apesar de se terem verificado incómodos na atuação de alguns bispos que serviram interinamente como governadores nos espaços ultramarinos, como sucedeu, por exemplo, com D. Frei Vitoriano Portuense, o monarca não prescindiu da utilização dos prelados na governação interina do império, ainda que em Cabo Verde, em especial a partir desta altura, os bispos deixaram de exercer este cargo em favor do Senado da Câmara, que ora governava sozinha ora juntamente com o ouvidor-geral. De igual modo, a atuação da vereação gerou discórdias e desentendimentos. Face às controvérsias que tiveram lugar ao longo dos sucessivos governos do Senado da Câmara, em meados do século XVIII, defendeu-se de novo a hipótese de os prelados voltarem a assumir a governação interina do arquipélago, ao invés da Câmara¹⁷. Certo é que, não obstante as pretensões do Procurador da Coroa, o rei continuou a servir-se dos antístites como agente governamental nos diferentes domínios do império. Nos distintos espaços ultramarinos, como afirmou José Pedro Paiva, os bispos foram importantes agentes políticos do rei¹⁸.

Um outro aspeto relevante que importa ainda considerar, é o ponto de vista da outra parte interessada, D. Frei Vitoriano Portuense, sobre os conflitos que sucediam em torno da sua atuação. Numa carta que enviou ao rei, revelava ter conhecimento de que as várias autoridades locais se queixavam dele a Lisboa, e solicitavam novo governador para o arquipélago. Deste modo, na sua exposição, para além de comunicar a morte do sindicante Manuel da Costa Ramalho e solicitar a nomeação de novo sindicante brevemente, queixava-se da atuação do Senado da Câmara, que acusava pretender “[...] com a formosa capa de zello do bem comum, querem todos encubrir as suas fealdades [...]”¹⁹. Ele justificava as medidas que levou a cabo intentando defender a sua ação. Afirmava ter grande glória no seu exercício, uma vez que a causa do descontentamento não era por ter-lhes roubado os bens, mas somente por “[...] querer furtar[lhes] as almas para Deos [...]”²⁰, razão pela qual criara muitas animosidades. Neste sentido, declarava algumas das principais medidas tomadas no decorrer da sua atividade, nomeadamente: a condenação do juiz mais velho, João de Araújo de Pina, por deixar falecer a sua mulher sem receber o Sacramento da Unção, por considerar que morriam aqueles que recebessem esse sacramento; com um procedimento invulgar, mandou destituir o vereador Gregório de Freitas do cargo de sargento-mor pouco tempo depois de tê-lo nomeado, justificando

¹⁶ Ver *Ibidem*.

¹⁷ Ver CARREIRA, António. 1985. *Notícia...*, ob. cit., p. 73.

¹⁸ Ver PAIVA, José Pedro. 2006. *Os bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*. Coimbra. Imprensa da Universidade. PP. 171-213.

¹⁹ Cf. AHU - Cabo Verde, cx. 7A, docs. 109 e 110; BRÁSIO, Padre António. 2004. *Monumenta...*, vol. VII, ob. cit., pp. 135-137 (Carta do Bispo de Cabo Verde a Sua Magestade El-Rei de 7 de Agosto de 1689).

²⁰ Cf. *Ibidem*.

que aquele revelou conduta imprópria para a referida função, por ter inquietado a cidade numa determinada noite, sendo a sua obrigação conservá-la em paz; obrigou o vereador Diogo Ramos e o procurador Francisco Teixeira a entregar a uma viúva e pobre órfãos umas terras que haviam arrematado por conluio²¹. Está aqui, no seu entender, o delito que cometera.

A este respeito, assegurava que o seu propósito não era ir contra o serviço do rei. Pelo contrário, apenas tencionava encaminhar os transgressores a cumprirem as suas obrigações e evitar que situações semelhantes se repetissem, pelo que considerava necessárias as decisões tomadas. Face a esta conjuntura, pediu ao monarca pelas Chagas de Cristo para dispensá-lo da governação interina e nomear o mais rapidamente possível novo governador, de forma a poder realizar a visita pastoral e tratar das almas²². Não haja, contudo, dúvidas de que D. Frei Vitoriano Portuense se revelava favorável à nomeação de novo governador, o qual o deixaria livre para empenhar-se mais nas causas do seu bispado, que eram bastantes, com especial destaque para as obras da Sé, que almejava terminar.

É de notar que, apesar dos conflitos e descontentamentos em torno da sua atuação enquanto agente político, D. Frei Vitoriano não se opunha à autoridade do monarca. Com efeito, os vários poderes envolvidos tiveram um papel decisivo na defesa da jurisdição civil, a fim de não perder o seu domínio de intervenção. De acordo com José Pedro Paiva, no império, as diversas “instâncias de poder nomeadas pelo rei (governadores, câmaras, juizes de fora, ouvidores, bispos), se vigiavam mutuamente, impedindo excessivas autonomias e concentração de poder nas mãos de um só [...] o que evitava situações de hegemonia que podiam ameaçar a própria autoridade da Coroa”²³. Quanto a Cabo Verde, a correspondência trocada entre as várias autoridades locais e o monarca comprova que, durante o período aqui estudado, o desempenho de todos esteve sob o olhar atento uns dos outros, e daí que todos se haviam queixado para o Reino.

Na sequência das variadas queixas enviadas para Lisboa, a saída para a resolução do problema foi a nomeação de um novo governador, Diogo Ramires Esquível, que tomou posse em 28 de Fevereiro de 1690²⁴, pondo termo à governação interina do bispo D. Frei Vitoriano Portuense, volvidos quase dois anos.

Em suma, do que é possível conhecer do desempenho de D. Frei Vitoriano Portuense, verifica-se que o período do seu governo interino esteve marcado pelo problema de poder criado pela sobreposição do poder civil e eclesiástico e do uso alargado das suas competências, interferindo em áreas que estavam reservadas a

²¹ Cf. *Ibidem*.

²² Cf. *Ibidem*.

²³ Cf. PAIVA, José Pedro. 2008. Reforma religiosa, conflito, mudança política e cisão: o governo da diocese de Olinda (Pernambuco) por D. Frei Luís de Santa Teresa (1738-1754). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Vol. 8, pp. 161-210.

²⁴ Ver BRÁSIO, Padre António. 2004. *Monumenta...*, vol. VII, *ob. cit.*, pp. 165-167 (Carta de Diogo Ramires Esquível a Sua Majestade El-Rei, de 25 de Junho de 1690).

outros organismos de poder. A sua atuação teve repercussões significativas na administração, como por exemplo a criação do cargo de juiz da coroa.

Se não se pode negar o zelo pastoral do bispo D. Frei Vitoriano Portuense, evidente pela dinâmica que imprimiu no seu governo episcopal, igualmente não se poderá negar, presumivelmente, o excesso de zelo na sua atuação enquanto governador, o qual lhe valeu inúmeras críticas. No pouco tempo que esteve à frente do governo interino, recaíram sobre ele várias queixas sobre o seu procedimento. Contudo, mais do que a eficácia ou ineficácia das suas ações, um ponto importante era o facto de não ter deixado os poderes locais atuarem a seu bel-prazer. E um elemento deve ser levado em consideração: D. Frei Vitoriano Portuense era governador. Enquanto bispo - creio poder afirmá-lo a partir dos indícios existentes – foi, no geral, bem sucedido, em boa medida pela capacidade que teve para adaptar a sua intervenção nos diferentes contextos em que atuou. Possivelmente, a ocupação do cargo de governador terá contribuído para a eficácia de algumas das suas ações. Na qualidade de governador, revelou-se algo ríspido no cumprimento de algumas das suas funções, por ter limitado a ação dos outros poderes, sendo esta a causa de muitas contestações e o facto de não ter sido tão bem sucedido nessa incumbência.

Pese embora o seu desempenho, importa ainda frisar que a sua polémica governação viria a relegar os bispos para o segundo plano na lista dos candidatos pretendentes ao cargo. Deste modo, a governação interina de D. Frei Vitoriano Portuense foi decisiva na escolha dos futuros governadores interinos. Ou seja, a sua ação teria quebrado o que vinha sendo a prática – a tendência para a utilização dos bispos para a ocupação deste cargo, em Cabo Verde. Depois dele, os bispos só passaram para o primeiro plano na escolha dos candidatos ao governo interino decorrido quase um século, e após sucessivos governos da Câmara, ainda que não tenham faltado contestações durante aquele espaço de tempo²⁵. De modo geral, os distintos governos interinos foram sempre criticados. Como ressaltou António Pusich, governador de Cabo Verde entre 1818 e 1821²⁶, estes governos foram “um verdadeiro castigo para aqueles povos”²⁷.

²⁵ Ver COHEN, Zelinda. 2002. A Administração das Ilhas de Cabo Verde Pós-União Ibérica: Continuidades e Rupturas in SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.) – *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa/Praia. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical; Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde. Vol. III, p. 111; CABRAL, Iva. 2002. Política e Sociedade: Ascensão e Queda de uma Elite Endógena in SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.) – *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa/Praia. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical; Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde. Vol. III, pp. 274-275.

²⁶ Ver BARCELLOS, Christiano José de Senna. 1905. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Memória apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa*, Parte III. Lisboa. Tipografia da Academia Real das Ciências. PP. 268-275; CARREIRA, António. 1985. *Notícia... ob. cit.* P. 114.

²⁷ Cf. PUSICH, António. 1987. Esboço sobre a forma de Governo Administrativo das Ilhas de Cabo Verde in CARREIRA, António. *Descrições Oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde: recolha, anotações e apresentação*. Mem Martins. Gráfica Europam. P. 140.